



ATA N.º 3/2026

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2026
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 24 DE FEVEREIRO DE 2026

-----No dia 24 de fevereiro de 2026, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de dezembro de 2025 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 23 de fevereiro de 2026 e de que faltam tratar os seguintes Pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Apreciação e votação da proposta referente à 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes) do corrente ano;*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação da proposta de protocolo de Atribuição de Subsídio à Junta de Freguesia de Barão de São João - Feira do Folar e Artesanato – 2026;*
- PONTO 3 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de Desafetação do Domínio Público Municipal de faixa de terreno, sita na Rua Galé, Freguesia de São Gonçalo de Lagos;*
- PONTO 5 - *Eleição de um representante das Juntas de Freguesia para o Conselho Municipal de Proteção Civil, no Mandato Autárquico de 2025-2029 [alínea i) do Artigo 41.º da Lei de Bases da Proteção Civil];*
- PONTO 6 - *Eleição de até dois representantes das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, no Mandato Autárquico de 2025-2029 [alínea b) do n.º 3 do Artigo 29.º do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no Território Continental];*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação - 2026-2029;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta da 2.ª Revisão do Regulamento do Conselho Municipal Sénior;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de nomeação de auditor externo, Certificação Legal e Parecer, das contas individuais e consolidadas da Câmara Municipal de Lagos, para os exercícios económicos de 2026 a 2029.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Dado o pedido de substituição, para a Sessão, da Sra. Presidente da Mesa, Sra. Maria Paula Couto (PS) e estando presentes a Primeira e o Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Sra. Sónia Melo (PS) e o Sr. José Jácome (PS), assumiu funções de Presidente da Mesa a Primeira Secretária, passando o Segundo Secretário a exercer funções de Primeiro Secretário. A Sra. Presidente,



Fl. 40v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

em exercício, convidou para exercer as funções de Segundo Secretário, durante esta Reunião, um Membro do PS, Sr. Fábio Gonçalves (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João). Verificada a existência de quórum, iniciou-se a presente Reunião, quando eram 20 horas e 38 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra
PS	Eduardo Seabra Carmo Ribeiro
PS	Fábio José Leal Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João) 2.º Secretário, em exercício
PS	José António dos Santos Guerreiro
PS	José Manuel da Silva Jácome 1.º Secretário, em exercício
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Patrícia Filipe Fernandes da Silva (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos)
PS	Rita Sofia Marreiros de Meneses Toste
PS	Rui Manuel Imaginário Maurício (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Sofia Isabel de Jesus Domingos dos Santos Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo Presidente, em exercício
AD	Carlos Miguel dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
AD	João Pedro Catarino Campos
AD	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
AD	Maria João de Lacerda Caetano
AD	Nuno José Nobre Serol Bento Rocha
AD	Rui Filipe Machado de Araújo
CHEGA	Carlos Alberto dos Santos Carmelino



CHEGA	Diná Ester dos Reis Graça
CHEGA	Margarida Maurício Correia
CHEGA	Mário João da Luz Santos
CHEGA	Sandra Maria Francisco Marques de Carvalho Oliveira
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
CDU	Daniel Rodrigo Pinto José

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira	2 dias	Daniel Rodrigo Pinto José

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira – Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho – Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis – Vereador
AD	Gilberto Repolho dos Reis Viegas – Vereador
AD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques – Vereador
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias – Vereador

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

-----**PONTO 1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE À 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES) DO CORRENTE ANO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-705-5.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, lembrou que, com a alteração da lei, ocorrida há cerca de três anos, passou a ser possível integrar no Orçamento o saldo de tesouraria do ano transato, desde que devidamente comprovado pelos documentos que o atestam. Explicou que, com esta integração, foi possível antecipar em dois meses a utilização desta verba, uma vez que, anteriormente, estes valores - por serem muito elevados - não podiam ser utilizados



-----O Sr. Carlos Carmelino (CHEGA) referiu que o Orçamento Retificativo não constitui um mero ajustamento técnico, representando antes a integração de um valor que ronda os 30% do montante inicial do Orçamento aprovado, não devendo ser entendido como um simples ato administrativo. Explicou que uma alteração desta natureza exige estudo, planeamento estratégico, discussão política séria, debate transparente e visão. Referiu que, num concelho com necessidades ao nível da habitação, do apoio social, da mobilidade, da dinamização económica e da valorização do espaço público, não é aceitável que estes fundos continuem por executar. Disse que os munícipes esperam obra feita, investimento concretizado e compromissos cumpridos. Acrescentou que pretendiam ver uma verdadeira capacidade de execução, uma gestão orientada para resultados e abertura ao diálogo; no entanto, verificou-se que não houve intenção de considerar as propostas apresentadas pelo Grupo Municipal do CHEGA, que poderiam contribuir para uma gestão mais eficiente, transparente e focada nas prioridades reais. Considerou que os aumentos propostos neste Orçamento não refletem uma distribuição equilibrada dos recursos e falham na priorização das necessidades mais urgentes da população. Apelou à rejeição do documento até que existam justificações claras e detalhadas sobre as prioridades de investimento e o impacto real destas alterações no bem-estar da comunidade. Indicou o sentido de voto e afirmou que o Grupo Municipal do CHEGA entende ser necessário um orçamento mais equilibrado, focado nas verdadeiras necessidades da população e nas prioridades de curto prazo, de forma a garantir um crescimento equilibrado e sustentável.-----

-----O Sr. Daniel José (CDU) questionou o que era o Plano Integrado da Avenida dos Descobrimentos, ao qual estava alocada uma verba de 125.000,00 € (cento e vinte e cinco mil euros).-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) lembrou que a habitação é um dos maiores desafios do concelho, referindo que os jovens têm abandonado o território por não conseguirem permanecer, enquanto os profissionais enfrentam dificuldades em fixar-se com as suas famílias, muitas das quais aguardam resposta. Disse que, ao analisar as GOP, se verifica que esta área não apresenta uma alteração estratégica relevante, sendo as mudanças essencialmente ao nível dos prazos de execução e calendarização. No entanto, considerando que a habitação é uma prioridade assumida, importa clarificar quantos fogos estarão concluídos e entregues até ao final do corrente ano. Referiu que esta prioridade deve traduzir-se em metas claras, prazos definidos e resultados mensuráveis, correspondendo às expectativas dos munícipes e reforçando a credibilidade das opções tomadas. Acrescentou que esta revisão deve constituir uma oportunidade para acelerar a resposta e questionou qual a percentagem de financiamento contratualizado para os projetos habitacionais em curso, bem como para os que se iniciarão em 2026, ou se se trata apenas da continuidade dos já iniciados. Perguntou ainda se esta revisão representa uma aceleração da resposta ou apenas uma redistribuição de prazos, sublinhando que é através de resultados concretos que se mede a prioridade política atribuída à habitação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 42v.

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) afirmou que o rigor e a transparência são fundamentais neste tipo de documentos, referindo que o Sr. Presidente da Câmara Municipal deveria ter uma justificação racional, financeira e económica para esta alteração. Indicou que o Grupo Municipal da AD não se sentia confortável com esta revisão orçamental. Relativamente ao Centro de Saúde e ao Centro de Diagnóstico de Alta Resolução, questionou se haveria continuidade para os projetos, uma vez que os concursos foram extintos. Perguntou quais os valores previstos para estas intervenções, recordando que, na aprovação do Orçamento e das GOP, tinham sido previstos 2.900.000,00 € (dois milhões e novecentos mil euros) para 2026 e 5.900.000,00 € (cinco milhões e novecentos mil euros) para 2027 para o Centro de Diagnóstico de Alta Resolução, enquanto para o Centro de Saúde o valor ficava abaixo dos quinhentos mil euros. Relativamente aos fundos comunitários, referiu que, no Portal Mais Transparência, o valor atribuído ao projeto do Centro de Diagnóstico de Alta Resolução era de 4.800.000,00 € (quatro milhões e oitocentos mil euros), tendo a Câmara Municipal já recebido 1.200.000,00 € (um milhão e duzentos mil euros), encontrando-se atualmente a dotação nos 15.000,00 € (quinze mil euros). Alertou que o prazo estava a terminar e considerou que a explicação apresentada não foi convincente, questionando o destino da verba atribuída. Recordou ainda que o Sr. Presidente da Câmara Municipal tinha referido que o Parque da Cidade teria um reforço de 307.000,00 € (trezentos e sete mil euros) para o projeto de conceção, seguido de outro reforço para continuidade, o que não se verificou neste documento, levando à conclusão de que o Projeto do Anel Verde poderá não ter continuidade. Relativamente ao reforço de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros) para a Travessa do Ferro de Engomar, questionou a sua prioridade estratégica, lembrando que o Largo Vasco Garcias também integra as GOP e manifestando a expectativa de que a sua intervenção ainda ocorra neste mandato.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, esclareceu que a denominação dos vários parâmetros segue o disposto na lei. Explicou que existem despesas enquadradas nas despesas correntes, nas despesas de capital, no PPI e noutras categorias relevantes. Referiu que este documento difere do Orçamento Inicial ao nível do detalhe, integrando uma componente técnica e política, bem como a incorporação de cerca de 30.000.000,00 € (trinta milhões de euros) do saldo de tesouraria, sendo elaborado nos mesmos moldes do documento inicial. Acrescentou que este saldo é distribuído ao longo da execução anual. Relativamente à aquisição de terrenos, informou que estão em negociação terrenos com capacidade industrial, para habitação e para equipamentos como escolas, estando as verbas previstas para permitir essas aquisições quando necessário. Quanto à Escola Tecnopolis, explicou que a verba de 520.000,00 € (quinhentos e vinte mil euros) visa a eventual abertura de concurso para a sua ampliação e requalificação ainda no corrente ano. Sobre o Plano Integrado da Avenida dos Descobrimentos, referiu que se pretende estudar a avenida de forma global, iniciando esse estudo no corrente ano, conforme previsto no mandato anterior e no programa eleitoral do PS. Relativamente ao Centro de Saúde, explicou que o concurso lançado ficou deserto,



apesar das diligências efetuadas junto das entidades competentes. Indicou que o valor inicialmente previsto (4.800.000,00 €) revelou-se insuficiente face à estimativa técnica superior a 11.000.000,00 €, tendo sido decidido lançar novo concurso com valor de 14.000.000,00 € (catorze milhões de euros). Acrescentou que o projeto deixará de ser financiado pelo PRR, implicando a sua revisão e eventual candidatura a novos fundos comunitários. Quanto ao adiantamento de 1.200.000,00 €, esclareceu que será utilizado para despesas já realizadas, sendo o remanescente devolvido. Relativamente ao Parque da Cidade, explicou que o projeto resultou de um concurso de ideias e que seguirá para execução conforme os valores a definir. Quanto à Travessa do Ferro de Engomar e ao Largo Vasco Garcias, referiu que o primeiro projeto foi desenvolvido internamente e será prioritário numa fase inicial, enquanto o segundo aguardará oportunidade. Acrescentou que existe intenção de requalificar a zona envolvente, incluindo a Rua Vasco da Gama, podendo implicar a realocação da bomba de combustível existente. Por fim, destacou que o Município dispõe de uma Estratégia Local de Habitação que prevê 260 novos fogos e 140 reabilitados, estando ainda prevista a construção de cerca de 500 fogos no corrente ano.

-----O Sr. Rui Araújo (AD) referiu que não conseguem comparar os documentos, devido à redistribuição do saldo pelas rubricas e às alterações introduzidas, ficando sem perceber a afetação das verbas. Questionou se estas alterações foram efetuadas ao abrigo de delegação de competências no Sr. Presidente da Câmara Municipal e se foram comunicadas à Câmara Municipal, defendendo que todas as alterações deveriam constar no documento. Considerou que a informação apresentada é insuficiente para uma decisão esclarecida.

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) referiu que, ao contrário do Orçamento e das GOP, este documento não contém a informação necessária, levando a que se vote sem pleno conhecimento, tendo solicitado o envio da versão atualizada dos documentos.

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) acrescentou que, face ao documento apresentado em dezembro, foram alteradas grande parte das rubricas sem que tenha sido dado conhecimento à Assembleia de um momento intermédio dessas alterações.

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Um da Ordem do Dia: **PROPOSTA REFERENTE À 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ATIVIDADES MAIS RELEVANTES) DO CORRENTE ANO**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	AD	CHEGA	LCF	CDU	TOTAL
VOTOS A FAVOR	13	0	0	0	0	13
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	0	6	5	1	0	12

-----**DELIBERAÇÃO N.º 38/AM/2026:**

-----**Aprovada**, por maioria, com 13 votos a favor do PS (Carlos Fonseca, Dina Cintra, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Guerreiro, José Jácome, Márcio



Fl. 43v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Viegas, Maria Manuela Rodrigues, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Sofia Santos, Sónia Melo), 12 votos contra (6 da AD [Carlos Vieira, Filomena Sena, João Campos, Maria João Caetano, Nuno Rocha, Rui Araújo], 5 do CHEGA [Carlos Carmelino, Diná Graça, Margarida Correia, Mário Santos, Sandra Oliveira] e 1 da LCF [Ana Margarida Martins]) a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes) do corrente ano, nos termos consignados na alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 18 de fevereiro de 2026.-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE BARÃO DE SÃO JOÃO - FEIRA DO FOLAR E ARTESANATO - 2026:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-705-6.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) referiu que a cabimentação deste subsídio, após a revisão orçamental era de 360.000,00 € (trezentos e sessenta mil euros) mas, na informação anexa a este documento apenas estão cabimentados 67.354,84 € (sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta e quatro euros e oitenta e quatro centésimos) e questionou onde é que estavam os restantes 292.645,16 3 (duzentos e noventa e dois mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e dezasseis centésimos).-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira respondeu que os 360.000,00 € (trezentos e sessenta mil euros) são a inscrição em Orçamento e o valor que está em execução era o que estava na informação anexa, nada tendo a ver um com o outro. Explicou que não se efetua nenhuma compra sem que primeiro seja cabimentada e só se sabe se tem de ser aumentado o valor da rubrica aquando da sua execução e explicou como se conseguia verificar quais os projetos associados a uma rubrica. Referiu que o princípio das feiras emblemáticas das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, devido à alteração à lei, a Câmara Municipal apenas poderá dar apoio, o que se tem feito para dar mais dignidade a esses eventos.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) felicitou a Freguesia de Barão de S. João pela resiliência que tiveram ao longo destes doze anos onde mantiveram a identidade e o espírito comunitário onde o Centro Cultural de Barão de S. João foi o bastião de tudo o que se desenvolveu. Lembrou que a Câmara Municipal nunca abandonou esta parte do território e tem desenvolvido o evento Walk & Art Fest, que já ia na 8.ª edição. Lamentou que a Mata de Barão tenha passado pelo incêndio no final do verão de 2025. Lembrou da importância que o trabalho de proximidade tem para as Freguesias Rurais e a importância que tem o apoio a estes eventos como a feira do foliar de Barão de S. João.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA), relativamente ao ponto anterior, disse que não se pode continuar a apresentar orçamentos inflacionados e ter-se uma modesta taxa de execução, levando a que os orçamentos passem a ser instrumentos de propaganda política. Relativamente ao subsídio para o apoio à feira do foliar disse



que apresenta uma intenção política de dinamizar a economia local e o apoio aos produtores locais e valorizar as tradições. Sobre a execução, questionou o que tinha falhado face ao valor baixo de execução.-----

-----O Sr. Rui Araújo (AD) referiu que se vai apoiar a Junta de Freguesia de Barão de S. João em 60.000,00 € (sessenta mil euros) para a feira do foliar e, no entanto, o orçamento para a realização da mesma é de 54.964,50 (cinquenta e quatro mil, novecentos e sessenta e quatro euros e cinquenta cêntimos), questionou se após a atribuição deste subsídio haverá um encontro de contas. Disse que, para que haja transparência, é necessário perceber que as rubricas maiores são de 11.082,00 € (onze mil e oitenta e dois euros) para a aquisição de dezassete stands. Questionou se não se justificaria que a Câmara Municipal executasse diretamente as questões do palco e do som, uma vez que representa uma verba de 11.596,44 € (onze mil, quinhentos e noventa e seis euros e quarenta e quatro cêntimos). Relativamente à animação musical informou que iria ficar em 26.725,44 € (vinte e seis mil, setecentos e vinte e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos). Disse que se estava a votar um documento com um valor elevado, apesar de ser uma feira que todos gostam, defendem e apoiam. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira respondeu que os 55.000,00 € (cinquenta e cinco mil euros) que serviram de base para a atribuição deste subsídio foram calculados a partir dos custos da Feira do Foliar realizada, pela União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, em 2025. Explicou que, quando se atribuem subsídios às entidades, após reunião, é-lhes atribuído o subsídio e, com essa verba, compete a cada entidade organizar-se de forma a conseguir realizar o evento, sabendo desde logo que, caso gastem mais do que o que estava previsto, ficaria à sua responsabilidade, não havendo posteriormente um encontro de contas. Informou que as Juntas de Freguesia têm sido responsáveis, lembrou que estas Autarquias eram autónomas e sabem que não podem gastar mais do que podem. Disse que as Juntas de Freguesia têm o mesmo critério de rigor, transparência e os mesmos cuidados uma vez que tinham em atenção o ser erário público e lembrou que os valores atribuídos tinham sempre de ser justificados, exemplificando. Referiu que não houve um mau planeamento explicando que, com base na orçamentação desta feira para o ano 2025 se tenha chegado aos 60.000,00 € (sessenta mil euros). Disse que gostava que esta feira tivesse sempre folares, apesar de saber que não é possível, por os feirantes não terem fornos industriais e os caseiros não terem grande capacidade. Referiu que é um excelente evento que está traçado para a Freguesia; relativamente à instalação direta pela Câmara, respondeu que já tinha sido equacionado mas, para isso acontecer, todas as feiras teriam de ter sempre os mesmos stands, o mesmo palco, o mesmo som, etc., criaria grandes problemas logísticos, uma vez que só no privado se consegue garantir que todo o material seja desmontado no dia seguinte.-----

-----A Sra. Sandra Oliveira (CHEGA) referiu que estava-se a debater este tema porque deve haver transparência e tinham de perceber como estava a ser distribuído o subsídio uma vez que se iria votar este documento.-----



Fl. 44v.

-----O Sr. Rui Araújo (AD) referiu que percebeu que caso a Junta de Freguesia gaste mais do que o subsídio o valor em falta teria de ser a Junta a suportar e, caso sobrasse dinheiro, deveria ser feito um encontro de contas. No entanto, verifica-se que no orçamento não está prevista a promoção desta feira, podendo-se utilizar parte do orçamento para esse efeito.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Dois da Ordem do Dia: **PROPOSTA DE PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE BARÃO DE SÃO JOÃO - FEIRA DO FOLAR E ARTESANATO - 2026.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 39/AM/2026:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, com 26 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Guerreiro, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Manuela Rodrigues, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Sofia Santos, Sónia Melo), AD [Carlos Vieira, Filomena Sena, João Campos, Maria João Caetano, Nuno Rocha, Rui Araújo], CHEGA [Carlos Carmelino, Diná Graça, Margarida Correia, Mário Santos, Sandra Oliveira], LCF [Ana Margarida Martins] e CDU [Daniel José]), o protocolo de Atribuição de Subsídio à Junta de Freguesia de Barão de São João - Feira do Folar e Artesanato - 2026, nos termos da alínea j) do n.º 1 do Artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme proposto pela Câmara Municipal, aprovado na sua reunião Pública ordinária realizada a 18 de fevereiro de 2026.-----

-----**PONTO 3 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-705-7.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) referiu que, no cruzamento da Rua das Laranjeiras com a Rua da Oliveira, a calçada se encontrava em mau estado há várias semanas, tendo a chuva agravado ainda mais a situação. No entanto, sendo a Polícia Municipal responsável pela fiscalização da Câmara Municipal e estando a apenas quinhentos metros da sede desta força de segurança, questionou como é que esta informação não chegou a quem de direito para que a situação fosse resolvida. Lembrou que, no cruzamento da Rua da Oliveira com a Rua Infante de Sagres, existe uma esplanada que ocupa dois terços da via, infringindo o regulamento de ocupação da via pública. Referiu ainda que, no Centro Histórico, existem locais destinados ao estacionamento de viaturas para cargas e descargas, mas que, frequentemente, esses lugares se encontram ocupados por veículos que não estão a desempenhar essa função, o que demonstra, na sua perspetiva, que a Polícia Municipal não está a cumprir devidamente o seu papel, prejudicando quem necessita desses espaços. Considerou que esta situação evidencia falta de autoridade. Acrescentou que, quando as ruas do centro ficam alagadas, se verifica um cenário pouco digno, constituindo um mau cartão de visita para Lagos. Referiu, como exemplo, o Largo Vasco Garcias, onde a água se acumula na fonte, tornando-se um risco para a saúde pública devido à proliferação de mosquitos, questionando se a Travessa do Ferro de Engomar se encontra em estado tão degradado como aquela zona que se pretende requalificar.



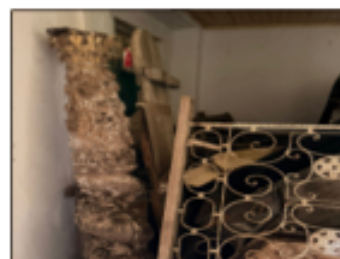
Lamentou a degradação do património público, referindo que o palco criado para atuações artísticas se encontra atualmente convertido numa esplanada. Mencionou ainda que, apesar de as muralhas de Lagos serem património nacional e de o Sr. Presidente da Câmara estar a pressionar para a sua reabilitação, as ervas daninhas continuam a acumular-se junto a esse edificado. Referiu também que os parques de estacionamento junto à muralha se encontram em mau estado, constituindo um perigo para as viaturas devido ao piso degradado em terra batida e que, além disso, existe a prática de pagamento a arrumadores informais para estacionar, o que, na sua opinião, demonstra falta de fiscalização. Informou que, no parque de estacionamento junto à Escola Básica do Bairro Operário, se encontram caravanas estacionadas de forma permanente, representando um risco para as crianças que frequentam a escola. Lamentou ainda que várias peças provenientes da Igreja das Freiras estejam armazenadas de forma desorganizada, considerando tal situação um desrespeito pelo património cultural. Referiu que, se fosse questionado o Posto de Turismo, muitas das perguntas incidiriam sobre o turismo cultural, contrastando com o estado atual do património. Criticou o facto de existirem investimentos elevados em habitação direcionada a estrangeiros, com valores na ordem dos 500.000,00 € (quinhentos mil euros) por um T1, enquanto o Centro Histórico - que atrai investimento - se encontra degradado. Considerou que a falta de fiscalização e de cuidado por parte da governação socialista tem conduzido à delapidação do património. Por fim, congratulou a Sra. Dina Cintra pela coragem em alertar o Sr. Presidente para a falta de resposta aos seus e-mails e lembrou que, à semelhança do caso da Filarmónica, também os requerimentos enviados pelos grupos municipais, bem como as intervenções do público, não têm obtido resposta, o que, na sua perspetiva, ajuda a explicar como se chegou à situação atual.-----
-----Esta intervenção foi baseada nos seguintes diapositivos:





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Fl. 45v.



-----O Sr. Daniel José (CDU) referiu que circular de automóvel na zona da Rua da Laranjeira e da Rua da Oliveira representa um risco, devido aos buracos, podendo mesmo causar danos nos veículos. Relativamente ao parque de estacionamento em terra batida, confirmou a sua existência e referiu que, para estacionar, é necessário desviar-se dos buracos. Sugeriu a colocação de papeleiras nas ruas dos Peixeiros, do Jogo da Bola e da Torrinha, uma vez que, na ausência de contentores, as pessoas tendem a deitar o lixo para o chão, tornando humanamente difícil manter essas ruas limpas. Questionou para quando estava prevista a abertura do Núcleo de Arqueologia do Museu, se o Projeto Viver o Verão abrangeria todas as freguesias do concelho, e solicitou uma justificação para o abate de árvores no Centro Histórico, lembrando que estas contribuem para mitigar os efeitos das alterações climáticas, promovendo o arrefecimento da temperatura. Sobre a aquisição de equipamentos de compostagem, questionou onde seriam instalados.-----

A Sra. Maria João Caetano (AD), relativamente à habitação, questionou qual o prazo de resposta para as licenças de utilização habitacional. Sobre a construção de duas moradias unifamiliares, perguntou qual a finalidade dessas habitações.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) lamentou que a informação escrita do Presidente da Câmara mantenha a estrutura, referindo que, embora detalhada, carece de uma avaliação estratégica dos resultados. Defendeu que o documento deveria permitir uma análise política, permitindo perceber se houve melhoria nos



serviços, redução nos tempos de resposta, impacto mensurável na vida dos cidadãos e quais os objetivos que não foram alcançados, para possibilitar um escrutínio efetivo. Referiu ainda que, embora exista estabilidade financeira no Município, é necessário clarificar as prioridades estratégicas, as opções tomadas e a margem financeira disponível. Questionou qual a visão para os próximos anos, sublinhando que, sem a explicitação das prioridades, a governação tende a ser reativa em vez de estratégica.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira respondeu que todos os assuntos passam pela Reunião de Câmara; relativamente ao Centro Histórico, informou que a maior parte do Centro Histórico estava em condições e que o que não estava se tratava de situações pontuais; lembrou que, no caso da zona da Rua das Laranjeiras, houve uma grande rutura e, por estarem a aguardar que o terreno seque, não podiam intervir; relativamente aos lugares de cargas e descargas, disse que sempre que as autoridades verificam que há abusos multam os abusadores e que, caso o abuso não se verifique, não podem fazer nada; relativamente à situação do Largo Vasco Garcias, respondeu que a situação só iria ser resolvida após a intervenção na Praça de Armas; informou que já tinham o resultado do estudo prévio e que esta praça teria o Arquiteto Rodrigo Paula que, após todas as intervenções estarem concluídas, se replicaria para o Largo Vasco Garcias e para o Parque Júdice Cabral, no âmbito do projeto da 3.ª Fase do Anel Verde; relativamente à situação da Filarmónica, informou que, após a tomada de posse da nova direção da instituição, que ocorreria no primeiro fim de semana de março, iria haver uma reunião entre o Sr. Presidente da Câmara, a Vereadora da Cultura e a nova direção da Filarmónica; relativamente à situação dos mosquitos, explicou que provavelmente essa fonte iria ser demolida; informou que, como uma obra que estava a decorrer nessa zona e a equipa de construção precisava de um estaleiro, estava complicado articular a demolição da fonte com a obra; relativamente à questão da construção no Largo do Mercado de Bensafirim, disse que o projeto apresentado na 1.ª Reunião da corrente Sessão já foi aprovado e que o projeto de execução estava fechado e aprovado, tendo servido de base para a sua conceção e construção; e que, caso não volte para trás, será construído, ficando, numa primeira fase, os edifícios laterais, ficando o edifício da Junta de Freguesia, que já tem o estudo prévio e cujo projeto de execução ainda falta, para uma 2.ª fase. Relativamente ao Anel Verde, esclareceu que só após a 3.ª fase do Parque da Cidade é que os parques de estacionamento se irão começar a compor; disse ainda que a questão do abuso da utilização do Centro Histórico só ficaria resolvida quando se fechasse de vez o acesso ao mesmo; relativamente às caravanas estacionadas junto à Escola do Bairro da Estrada, lembrou que nem todos os locais de paragem de caravanas são ilegais, desde que apenas estejam estacionadas e não estejam a fazer caravanismo, mas que este alerta deverá partir da escola através do projeto Escola Segura, onde as autoridades devem verificar se está tudo bem junto a toda a área escolar. Relativamente ao projeto de Arqueologia, respondeu que houve a necessidade de o parar para o reajustar, especialmente na zona exterior, e também no que diz respeito a algumas divisórias



Fl. 46v.

que o projeto tinha no interior, de modo que se adapte ao pretendido, mas pensava que, no decorrer do corrente ano, o núcleo deveria abrir; relativamente ao Projeto Viver o Verão, esclareceu que já estava em todo o Concelho e seria para continuar. Relativamente ao abate de árvores, informou que já tinha sido distribuído um relatório sobre o tema, mas que havia um conjunto de árvores que estavam com um risco elevado e estavam marcadas para serem cortadas por apresentarem danos e riscos consideráveis para pessoas e bens e que, face às tempestades que assolaram Portugal, se verificou um agravamento, tendo-se antecipado o corte das mesmas; relativamente aos equipamentos de compostagem, informou que seriam distribuídos por todo o Concelho, de acordo com o que estava projetado; relativamente ao tempo de resposta dos licenciamentos, explicou que não havia um prazo direto e que o tempo de resposta variava caso a caso, referiu que a Câmara Municipal trabalha com muitos projetistas de todo o país e que o feedback que existia era de que havia aspetos a melhorar; relativamente aos edifícios na Rua Ilha da Madeira, respondeu que estavam há muito tempo para ser reabilitados, para entrarem no parque de fogos municipais, de modo a que depois lhes possam ser aplicadas as regras conforme a legislação obriga ou para responder a situações de violência ou casos reportados pela Segurança Social.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) referiu que o que vinha na informação era que essas moradias estavam em construção e não em reabilitação, tendo sido adjudicadas por 310.421,19 € (trezentos e dez mil, quatrocentos e vinte e um euros e dezanove cêntimos); relativamente à escultura que se pretende instalar na rotunda do Centro de Saúde, questionou qual era o valor de aquisição da mesma e o que determinou a sua seleção; relativamente à Escola EB 2,3 Tecnopolis, no que diz respeito à reparação da rede de águas e posterior tratamento químico e térmico nos balneários do pavilhão desportivo, com o objetivo de corrigir a rede e desinfetar a mesma para erradicar a Legionela, questionou o que impede que, durante o ano letivo 2025/2026, os alunos utilizem os balneários, quando foi detetada a bactéria, há quanto tempo os clubes e os alunos não podem utilizar os balneários e se a água que corre nas torneiras é potável.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) referiu que o Grupo Municipal Singular da LCF reconhecia o trabalho realizado pelo Município e pretendia não só avaliar a sua atividade, mas também o impacto das políticas públicas na vida das pessoas e o rumo estratégico do Concelho. Questionou quais eram os indicadores concretos que o Executivo utiliza para avaliar se as ações descritas se traduzem em melhorias reais da qualidade de vida dos munícipes; se as iniciativas apresentadas resultam de um plano estratégico integrado para o Concelho ou se são maioritariamente respostas pontuais às circunstâncias; considerando a estabilidade financeira do Município e a margem de endividamento disponível referidas no relatório, perguntou qual era o grande projeto transformador, já decidido, que demonstra ambição estratégica para Lagos. Relativamente à habitação, face ao número superior a mil famílias inscritas para uma solução habitacional de arrendamento, disse querer compreender o diagnóstico da capacidade real de resposta e questionou qual era a meta definida para aumentar significativamente a oferta habitacional e reduzir esta procura



acumulada; qual era a meta quantitativa concreta de fogos que o Executivo previa construir ou disponibilizar até ao final do corrente mandato autárquico; que escolhas políticas concretas foram feitas para priorizar a habitação face a outras áreas de investimento municipal e, considerando a capacidade financeira mencionada, qual foi a principal oportunidade que poderia ter acelerado a resposta habitacional e não foi plenamente aproveitada.-----

-----A Sra. Filomena Sena (AD) considera que não há nenhum lacobrigense que não saiba a importância do Centro Histórico que, apesar de estar maltratado, como é o caso da Rua Prof. Luís Azevedo, onde existe um buraco aberto por uma empresa de comunicações que não foi tapado e que, com as chuvas, tem vindo a agravar o estado dessa via; relativamente à toponímia, deve ser reavaliada, uma vez que a vandalização das placas com pichações tem destruído essas indicações e deve haver uma ação por parte da Câmara Municipal, lembrando que o Centro Histórico deve ser acarinhado e cuidado por ser o cartão de visita da cidade; relativamente à ilha ecológica retirada, disse que as pessoas que vivem ao longo da Rua 25 de Abril e zonas paralelas necessitam de ter uma ilha ecológica nas proximidades, uma vez que grande parte são pessoas idosas e se torna complicado deslocarem-se para mais longe, devendo a situação ser reavaliada pelo Município; referiu ainda a existência de uma casa na Rua Marreiros Neto, que pertence à Câmara Municipal e que está a céu aberto, a qual, por ter acesso direto a outras casas, estaria a ser utilizada para assaltos às habitações vizinhas; por fim, solicitou o ponto de situação sobre a Resolução da Assembleia da República n.º 158/2025, relativa à recomendação da reabilitação da Igreja de S. Sebastião.-----

-----A Sra. Manuela Rodrigues (PS) referiu que nem tudo estava mal e lembrou que era mais fácil desfazer as coisas do que fazê-las. Disse que, para se construir algo, é necessário um trabalho mais árduo e que criticar é sempre mais fácil. No entanto, neste documento, pode verificar-se que o Município tem feito substituição de condutas, o que acarreta elevados encargos financeiros que, sendo uma obra “invisível”, não têm oportunidade de ser divulgados, mas, por sua vez, já se pode dizer que falta lá colocar a calçada. Explicou que a Autarquia tem projetos na área da Cultura e da Educação, sendo que, nesta última, o Município de Lagos tem investido bastante, através das refeições escolares, atribuição de bolsas de estudo, inclusive para que os jovens possam prosseguir os seus estudos e, desta forma, apoiar também as famílias mais vulneráveis. Destacou ainda que se tem investido na formação desportiva e lembrou que, recentemente, Lagos foi palco do final de uma etapa da Volta ao Algarve, projetando o Concelho além-fronteiras.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) referiu que só se poderia falar em Democracia quando a Câmara Municipal respondesse aos requerimentos, não tendo de se esperar por outros mandatos para obter uma resposta. Referiu que passava todos os dias pelo Centro Histórico e que, no caso da Rua da Laranjeira e da Rua da Oliveira, houve vários dias em que a intervenção poderia ter sido feita; relativamente à situação da casa na Rua Cardeal Neto, disse que a situação já tinha sido resolvida, apesar de ter permanecido semanas nessa condição. Questionou como é que, tendo a Polícia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 47v.

Municipal e a fiscalização por parte da Câmara Municipal, várias situações demoram tanto tempo a ser resolvidas e sugeriu que fosse criado um email, apenas para os eleitos locais, onde fosse possível reportar várias situações para que os problemas fossem resolvidos mais rapidamente.-----

-----A Sra. Diná Graça (CHEGA) referiu que a Caravela Boa Esperança, sendo um símbolo maior da época dos Descobrimentos e da coragem dos antepassados, durante vários anos esteve ao abandono, chegando a apresentar danos graves pela falta de manutenção. Lembrou que a Nau Vitória e a CCDR foram recuperadas com dinheiros públicos e, posteriormente, em parceria com a Região de Turismo do Algarve, o Centro de Ciência Viva de Lagos e uma empresa espanhola, a Câmara Municipal investiu na sua transformação em Museu Vivo, criando-se um espaço pedagógico destinado sobretudo aos alunos, tendo sido inaugurado em março de 2021. Questionou se, perante este investimento e reconhecimento da sua importância histórica, a caravela voltou a estar ao abandono; perguntou se atualmente havia visitas à Caravela; qual era o posicionamento da Câmara Municipal relativamente à sua gestão e manutenção; e o que aconteceu à parceria com o Centro de Ciência Viva de Lagos. Lembrou que se estava a falar de um património identitário, de memória coletiva e de respeito pelo investimento público realizado, esperando que a Caravela Boa Esperança continuasse a cumprir a sua missão, honrar o seu passado e inspirar as futuras gerações.-----

-----O Sr. Daniel José (CDU) lembrou que a questão das papeleiras na Rua dos Peixeiros não foi respondida; lembrou também que houve tempestades que afetaram, sobretudo, o centro do país, e solicitou que fosse enviado um relatório para se perceberem as consequências dessas intempéries no Concelho, bem como do incêndio que afetou Barão de S. João no final do último Verão.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) lamentou que, na intervenção do Grupo Municipal da AD, sendo este o maior da oposição, se tenham passado vários minutos a falar dos buracos no Centro Histórico e felicitou a Proteção Civil que, entre dezembro e fevereiro, período particularmente complicado, realizou muitas ações de prevenção e sensibilização.-----

-----O Sr. Eduardo Ribeiro (PS) referiu que passava pelo Centro Histórico com frequência e notava que, de facto, havia aspetos a melhorar. Lembrou que nem tudo é da responsabilidade da Câmara Municipal, como é o caso de, na zona da Câmara Municipal, existir uma ilha ecológica muito próxima e, ainda assim, aparecerem sacos de lixo no meio da estrada. Referiu que, enquanto cidadãos, se deve alertar as autoridades, nomeadamente a Câmara Municipal e a Polícia Municipal, para as situações que ocorram. Alertou ainda que todos devem ter atenção à forma como fazem as suas intervenções e que se devem focar nos problemas reais dos lacobrigenses.-----

-----O Sr. Carlos Carmelino (CHEGA) questionou que, tendo em conta as notícias de criminalidade no Concelho, para quando é que estava prevista a instalação de câmaras CCTV na cidade.-----

-----O Sr. Nuno Rocha (AD) lembrou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não respondeu à questão sobre o espólio da Igreja das Freiras.-----



-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu, relativamente às moradias na Rua Ilha da Madeira, que se tratava de uma reabilitação; relativamente à escultura para a rotunda do Centro de Saúde, esclareceu que se tratava de um projeto que estava a ser desenvolvido com a escultora Vera Gonçalves, do qual faziam parte as rotundas D. João II e a do Centro de Saúde, com o intuito de se criar um roteiro de arte urbana que, apesar de não ser valorizado, permite enriquecer o património cultural do Concelho. Explicou que a criação dessa rota estava a avançar, apesar de, na altura, só se terem conseguido concretizar esculturas para essas duas rotundas, cujos autores são o Sr. Rui Matos, na rotunda D. João II, e a Sra. Rita Pereira, na rotunda do Centro de Saúde, sendo que, na altura, não foi possível fazer a adjudicação para a base da escultura por o concurso ter ficado deserto, considerando que agora já existem condições para avançar com a base. Referiu que, apesar de o projeto inicial ser mais ambicioso, prevendo a colocação de esculturas em mais locais da cidade e a criação de rotundas temáticas, como uma com referência às operárias conserveiras e às empresas de conserva do Concelho, após a realização de um estudo para a sua implementação, optou-se, para já, por ficar apenas por estas duas rotundas. No entanto, informou que pretendia também intervir na rotunda da PSP, de forma a valorizar a cultura local, através de contrato por ajuste direto por critérios materiais, de acordo com o CCP. Relativamente à Escola EB 2,3 Tecnopolis, respondeu que tem sido um processo muito demorado, envolvendo áreas como a engenharia, a biologia e a química, tratando-se de um problema de saúde pública. Preventivamente, encerraram-se os chuveiros dos balneários, uma vez que havia a possibilidade de se tratar de legionella. Informou que, inicialmente, se tentou tratar a água de forma a erradicar essa bactéria, mas, não tendo sido obtido o resultado esperado, optou-se por substituir as condutas. Relativamente à informação mais detalhada, referiu que, nas GOP, a informação já vinha suficientemente detalhada e que a informação constante neste documento se referia aos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026. Relativamente à habitação, lembrou que o Município dispõe da Estratégia Local de Habitação e da Carta Municipal da Habitação, onde consta a informação sobre estas matérias. Referiu que o financiamento para a construção de habitação não tem sido cumprido por parte do Estado, sendo necessário perceber como é que os Municípios irão atuar após as Estratégias Locais de Habitação e de que forma os apoios irão ser disponibilizados. Considerou que os Municípios com capacidade financeira poderão continuar a construir habitação, ao contrário dos que não a tenham. Lembrou ainda que, numa primeira fase, está prevista a construção de 500 fogos para venda a custos controlados, tendo já sido realizado um investimento significativo na aquisição de um terreno para o efeito, sendo o público-alvo a classe média. Lamentou o desaparecimento das habitações a custos controlados no mercado. Devido a problemas técnicos, não foi possível captar parte da intervenção. Relativamente à toponímia, explicou que se encontra em curso um processo de verificação e substituição das placas danificadas, existindo dificuldades na obtenção de azulejos, tendo sido encontrada uma solução alternativa através da substituição



Fl. 48v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

por placas, a implementar de forma faseada. Devido a problemas técnicos, não foi possível captar parte da intervenção. Relativamente à questão do ecoponto, informou que, no âmbito das comemorações do 10 de junho de 2025, se optou por suprimir essa ilha ecológica, realizando-se um teste a essa situação. Devido a problemas técnicos, não foi possível captar parte da intervenção. Sobre a reciclagem, referiu que algumas empresas colocavam lixo não reciclado misturado com o reciclado, contaminando o restante, motivo pelo qual se optou pela supressão dessa estação. Devido a problemas técnicos, não foi possível captar parte da intervenção. Lembrou que as empresas devem cumprir as regras da recolha porta a porta e que, com a supressão da ilha ecológica, a população residente naquela zona ficou prejudicada, estando, no entanto, a ser procurada uma solução. Explicou que atualmente os resíduos são deixados à porta e que as empresas deixaram de se deslocar ao local para deposição. Referiu que as pessoas idosas e com mobilidade reduzida têm mais dificuldade em transportar o lixo para fora do Centro Histórico, mas que, do ponto de vista ambiental, se verifica uma melhoria por deixar de haver contaminação dos resíduos. Relativamente à situação na Rua Cardeal Neto, informou que, nestes casos, se procede ao emparedamento de entradas, colocação de portas ou demolição, independentemente de a propriedade ser pública ou privada. Referiu que, após denúncia, o proprietário é notificado e, caso não resolva a situação, o Município toma posse administrativa do imóvel, imputando posteriormente os custos ao responsável. Relativamente à Igreja de S. Sebastião, informou que, após a aprovação da resolução, o Presidente do Património Cultural, I.P., entrou em contacto, referindo que o assunto seria tratado após as eleições. No entanto, após as eleições autárquicas e presidenciais, não houve novos desenvolvimentos, estando a ser preparado um ofício para retomar o tema, manifestando o Município disponibilidade para colaborar, apesar de o imóvel pertencer ao Estado e ser gerido pela Fábrica da Igreja. Relativamente ao contacto com os membros da Assembleia Municipal, referiu que estes podem contactar diretamente os membros do Executivo ou, em alternativa, enviar email para o GAP, que procederá ao encaminhamento para os serviços competentes. Relativamente ao buraco no início da Rua Luís de Azevedo, esclareceu que foi aberto pela Câmara Municipal para estudar a instalação de detetores de fugas, evitando situações como a ocorrida na Rua Infante de Sagres. Informou que a empresa responsável foi notificada para concluir a intervenção ou proceder ao fecho da abertura. Explicou que o projeto é financiado pelo PRR, no âmbito das ZMC's (zonas de controlo da água), com o objetivo de detetar perdas e aumentar a eficiência da rede. Referiu que a empresa previa intervir após o verão, mas que, até ao momento, tal não aconteceu. Relativamente à Caravela Boa Esperança, informou que existem visitas por parte de alunos e de privados. Relativamente à videovigilância, referiu que se aguarda autorização do Ministério da Administração Interna. Relativamente ao espólio da Igreja das Freiras, informou que está em fase final de recuperação, embora, quando o Município tomou conhecimento da situação, o estado de conservação já fosse o referido anteriormente. Relativamente às papeleiras, referiu que é uma questão a ponderar, explicando que, muitas vezes, estas acabam por ser utilizadas para



deposição de lixo doméstico, contribuindo para a sujidade, pelo que a sua ausência pode contribuir para ruas mais limpas. Relativamente aos danos do incêndio, informou que as áreas mais afetadas pertencem, na sua maioria, ao Estado, por integrarem uma Mata Nacional, estando a ser preparada uma candidatura conjunta entre o Município, a Proteção Civil, o ICNF e as Juntas de Freguesia para minimizar os prejuízos. Relativamente aos prejuízos causados pelas tempestades, informou que estes ascendem a cerca de 500.000,00 € (quinhentos mil euros), distribuídos por quatro ou cinco estradas, referindo a importância de o Governo apoiar financeiramente os municípios afetados.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) perguntou há quanto tempo foi detetada a legionella e há quanto tempo os balneários estão fechados.-----

-----O Sr. Daniel José (CDU) saudou o Município por, no Centro Histórico, existir a possibilidade de recolha de lixo porta a porta.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 23 horas e 10 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, em exercício, Sónia Melo (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 30 minutos.-----

-----**PONTO 4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE FAIXA DE TERRENO, SITA NA RUA GALÉ, FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-705-8.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) disse que teria sido importante que a maquete tivesse vindo conjuntamente com a informação, bem como as fotografias das edificações que já lá existem, para que se pudesse ajuizar o impacto paisagístico e urbanístico que estava em causa. Alertou que, no anexo do contrato, estava presente uma cláusula, mais propriamente na alínea h) da segunda cláusula, que refere que todos os danos causados serão da responsabilidade da Câmara Municipal, e questionou como é que a Autarquia poderia assumir os danos causados por esta estrutura. Referiu ainda que, na alínea d) do mesmo número, se dizia que o segundo outorgante poderia instalar quaisquer equipamentos convenientes sem autorização prévia da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que o local onde será implementada essa infraestrutura não tem nada construído, existindo apenas um acesso à urbanização e um parque de estacionamento. Relativamente ao contrato, respondeu que não se tratava de um contrato definitivo, mas apenas de uma proposta, a qual a Câmara Municipal não aceitará, acrescentando que estava a ser preparada uma nova proposta de contrato. Esclareceu ainda que a responsabilidade nunca seria da Autarquia.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Quatro da Ordem do Dia: **PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE FAIXA DE TERRENO, SITA NA RUA GALÉ, FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE LAGOS.**-----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

Fl. 49v.

-----**DELIBERAÇÃO N.º 40/AM/2026:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, com 26 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Guerreiro, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Manuela Rodrigues, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Sofia Santos, Sónia Melo), AD [Carlos Vieira, Filomena Sena, João Campos, Maria João Caetano, Nuno Rocha, Rui Araújo], CHEGA [Carlos Carmelino, Diná Graça, Margarida Correia, Mário Santos, Sandra Oliveira], LCF [Ana Margarida Martins] e CDU [Daniel José]), autorizar a desafetação do Domínio Público Municipal, de uma parcela de terreno com a área de 16 m² (dezasseis metros quadrados), sita na Rua da Galé, Freguesia de São Gonçalo de Lagos, com vista à celebração de um contrato de arrendamento para a instalação de torre de comunicações, nos termos e para os efeitos previstos na alínea q) do n.º 1 do Artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 3 de dezembro de 2025.-----

-----**PONTO 5 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL, NO MANDATO AUTÁRQUICO DE 2025-2029 [ALÍNEA I) DO ARTIGO 41.º DA LEI DE BASES DA PROTEÇÃO CIVIL]:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-705-9.-----

-----A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sónia Melo (PS), informou que tinha dado entrada na Mesa a candidatura do Sr. Rui Manuel Imaginário Maurício (PS), Presidente da Junta de Freguesia da Luz, que iria a votação como Candidato A, e questionou se havia mais candidatos para o cargo.-----

-----A Sra. Maria João Caetano (AD) apresentou a proposta de candidatura do Sr. Carlos Miguel dos Santos Vieira (AD), Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim.-----

-----A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sónia Melo (PS), informou que a nova candidatura ficaria como Candidato B e, não havendo mais candidaturas, deu início à eleição, que obteve o seguinte resultado:

	Número de Votos
NÚMERO DE ELEITORES	26
NÚMERO DE VOTOS	26
CANDIDATO A	13
CANDIDATO B	12
BRANCOS	0
NULOS	1

-----**DELIBERAÇÃO N.º 41/AM/2026:**

-----**Eleito**, por escrutínio secreto, como representante das Juntas Freguesia, na



Comissão Municipal de Proteção Civil, durante o atual Mandato Autárquico de 2025/2029, o Sr. Rui Manuel Imaginário Maurício (PS) - Presidente da Junta de Freguesia da Luz, de acordo com o estipulado na alínea i) do Artigo 41.º da Lei de Bases da Proteção Civil.-----

-----**PONTO 6 - ELEIÇÃO DE ATÉ DOIS REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS, NO MANDATO AUTÁRQUICO DE 2025-2029 [ALÍNEA B) DO N.º 3 DO ARTIGO 29.º DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS NO TERRITÓRIO CONTINENTAL]:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-705-11.-----

-----A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sónia Melo (PS), informou que tinha dado entrada na Mesa a candidatura da seguinte lista:

-----Sr. Fábio José Leal Gonçalves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João.-----

-----A Sra. Sofia Isabel de Jesus Domingos dos Santos (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere.-----

-----A Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sónia Melo (PS), informou que esta lista seria a Lista A e questionou se havia mais candidaturas.-----

-----Não existindo mais candidaturas, deu-se início à eleição, que obteve o seguinte resultado:

	Número de Votos
NÚMERO DE ELEITORES	26
NÚMERO DE VOTOS	26
LISTA A	13
BRANCOS	13
NULOS	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 42/AM/2026:**

-----**Eleitos**, por escrutínio secreto, como representantes das Freguesias, na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, durante o atual Mandato Autárquico de 2025/2029, o Sr. Fábio José Leal Gonçalves (PS) - Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João e a Sra. Sofia Isabel de Jesus Domingos dos Santos (PS) - Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, de acordo com o estipulado na alínea b) do n.º 3 do Artigo 29.º do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais no território continental.-----

-----Estando-se a aproximar das 24 horas, a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sónia Melo (PS), colocou à votação o prolongamento dos trabalhos após as 24 horas, que obteve o seguinte resultado:



Fl. 50v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

	PS	AD	CHEGA	LCF	CDU	TOTAL
VOTOS A FAVOR	13	4	2	1	0	20
ABSTENÇÕES	0	1	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	1	3	0	1	5

-----**DELIBERAÇÃO N.º 43/AM/2026:**

-----**Reprovada**, por não ter sido aprovado por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 4 do Artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lagos, em vigor, com 5 votos contra (1 da AD [Maria João Caetano], 3 do CHEGA [Carlos Carmelino, Diná Graça, Mário Santos] e 1 da CDU [Daniel José]), 20 votos a favor (13 do PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Eduardo Ribeiro, Fábio Gonçalves, José Guerreiro, José Jácome, Márcio Viegas, Maria Manuela Rodrigues, Patrícia Silva, Rita Toste, Rui Maurício, Sofia Santos, Sónia Melo], 4 da AD [Filomena Sena, João Campos, Nuno Rocha, Rui Araújo], 2 do CHEGA [Margarida Correia, Sandra Oliveira] e 1 da LCF [Ana Margarida Martins]) e 1 abstenção da AD (Carlos Vieira), a Proposta de prolongamento dos trabalhos após as 24 horas.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Com a exceção das votações por escrutínio secreto, em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por voto eletrónico.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim a Sra. Presidente da Mesa, em exercício, Sónia Melo (PS), após a consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 25 de fevereiro de 2026, às 20.30 horas, hora regimental, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, no Ponto 7 da Ordem do Dia, eram 23 horas e 53 minutos, tendo declarado encerrada esta Reunião, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, José Manuel da Silva Jácome, 1.º Secretário, em exercício, da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevo e assino juntamente com a sua Presidente, em exercício, Sra. Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo.-----

.....
.....